

Capítulo 6

UNIDADE 2.

A questão do trabalho no Brasil

Quando analisamos o trabalho no Brasil, não podemos nos esquecer de que ele está ligado ao envolvimento do país na trama internacional, desde que os portugueses aqui chegaram no século XVI. Basta lembrar que a “descoberta” do Brasil aconteceu porque os europeus (principalmente portugueses e espanhóis) estavam comprometidos com a expansão marítima e esquadriňavam os oceanos em busca de novas terras para explorar e de novos produtos para comercializar. A produção agrícola para exportação e a presença da escravidão no Brasil também estão vinculadas à vinda dos europeus.

O trabalho escravo

Nas primeiras décadas após a chegada dos portugueses ao continente americano, as principais atividades que eles praticaram foram a extração e o comércio do pau-brasil. Para desenvolvê-las, procuraram entrar em entendimento com os habitantes nativos, que, num primeiro momento, colaboraram em troca de alguns produtos. Porém, à medida que a exploração colonial se ampliava, os conflitos passaram a dominar as relações entre portugueses e indígenas. Os colonizadores partiram, então, para a escravização dos indígenas, que lhes opuseram resistência.

Diante da resistência indígena e da necessidade de braços para as atividades produtivas, a alternativa dos portugueses foi procurar mão de obra em outro local, no caso, o continente africano.

A crescente utilização do trabalho de africanos escravizados na América portuguesa se explica principalmente por dois fatores. O primeiro foi a implantação da indústria açucareira na colônia. A produção do açúcar, mercadoria de grande aceitação no mercado europeu, exigia muita mão de obra. O segundo eram os lucros advindos do tráfico de escravos. Por meio do empreendimento açucareiro, os portugueses lucravam com o tráfico, com a utilização do trabalho escravo e com a comercialização do açúcar.

Apesar de trabalharem basicamente nas atividades agrícolas, os africanos escravizados executavam várias outras tarefas no campo e na cidade. De seu

cotidiano, além do trabalho intensivo, muitos castigos faziam parte, razão pela qual a média de vida útil deles não ultrapassava os 15 anos.

O escravo de origem africana lutou contra sua situação e participou ativamente do processo de desestruturação do escravismo no Brasil (voltaremos a tratar desse assunto na unidade 5). A escravidão só seria abolida, porém, no final do século XIX.

O trabalho escravo predominou no Brasil por mais de 350 anos. Portanto, convivemos com a liberdade formal de trabalho há pouco mais de cem anos. As marcas desse passado de escravidão continuam presentes em vários aspectos da sociedade brasileira, seja na concepção de trabalho, seja na relação entre negros e brancos.

Do trabalho escravo ao assalariado

Antes do fim da escravidão, os grandes proprietários de terras, principalmente os fazendeiros paulistas, procuraram trazer imigrantes para trabalhar em suas lavouras. A primeira experiência de utilização da força de trabalho legalmente livre e estrangeira foi realizada pelo senador Vergueiro, grande fazendeiro da região oeste de São Paulo que, em 1846, trouxe 364 famílias da Alemanha e da Suíça. Em 1852, importou mais 1,5 mil colonos e, posteriormente, propôs-se trazer mais mil colonos por ano. Isso era feito com a ajuda financeira do governo da província de São Paulo, que arcava com os custos da importação e ainda subvencionava as empresas agenciadoras de mão de obra estrangeira.

O sistema de trabalho então adotado ficou conhecido como colonato, pois as famílias que aqui chegavam assinavam um contrato nos seguintes termos: o fazendeiro adiantava uma quantia necessária ao transporte e aos gastos iniciais de instalação e sobrevivência das famílias de colonos. Estes, por sua vez, deviam plantar e cuidar de um número determinado de pés de café. No final da colheita, seria feita uma divisão com o proprietário. Os colonos eram obrigados a pagar juros pelo adiantamento e não podiam sair da fazenda enquanto não houvessem saldado sua dívida, o que demorava muito, uma vez que o adiantamento era sempre maior que os lucros advindos do café.

Assim se criava o que passou a ser conhecido como “parceria de endividamento”, porque o colono não conseguia pagar a dívida contraída com o fazendeiro. Essa dívida, muitas vezes, passava de pai para filho — a responsabilidade dos filhos pelas dívidas dos pais era estabelecida em contrato.

As experiências iniciais não foram bem-sucedidas, pois os

Trabalhadores europeus em uma das fábricas das Indústrias Matarazzo em São Paulo, SP, cerca de 1900.



Acervo Iconographia

colonos não aceitavam tamanha exploração e muitas vezes fugiam da fazenda ou se revoltavam contra o sistema adotado. Foi o caso da revolta na fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, em 1857. Acrescenta-se às atitudes dos colonos a pressão dos governos estrangeiros para minorar os males infligidos a seus cidadãos no Brasil. A imigração ficou estagnada até os anos 80 do século XIX, quando foi retomada com novo vigor após o fim da escravidão.

Isso pode ser verificado pelos seguintes dados: no período de 1820 a 1890, emigraram para o Brasil 987.461 pessoas. De 1891 a 1900, o total foi de 1.129.315 pessoas. Nos 30 anos seguintes, esse movimento prosseguiu, com média em torno de 1 milhão de imigrantes a cada 10 anos.

A maioria desses imigrantes foi trabalhar no campo, mas outros se estabeleceram em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, onde trabalhavam nas indústrias nascentes, no pequeno comércio e como vendedores ambulantes. As condições de vida desses trabalhadores não eram das melhores e o nível de exploração nas fábricas era muito alto, de tal maneira que os operários trataram de se organizar em associações e sindicatos.

A partir dos primeiros anos do século XX, os trabalhadores urbanos passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária semanal, melhorias salariais e, ainda, normatização do trabalho de mulheres e crianças, que eram empregadas em grande número e ainda mais exploradas do que os homens. Vários movimentos foram promovidos visando ao atendimento dessas reivindicações.

Apoiados por uma imprensa operária, que crescia rapidamente, os trabalhadores passaram a organizar movimentos grevistas, que culminaram com a maior greve até então havida no país, a de 1917, em São Paulo. Nesse período, que se estendeu até 1930, a questão social, principalmente no que se referia aos trabalhadores, era tratada como um problema de polícia.



Fac-símile de exemplares da imprensa operária publicados nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, multiplicaram-se nos centros urbanos os jornais produzidos por imigrantes para mobilizar os operários na luta por melhores condições de trabalho e divulgar ideias de correntes diversas, sobretudo anarquistas e socialistas.

Coleção particular



Acervo Iconographia

Manifestação de trabalhadores na capital paulista durante a greve geral de 1917. Os grevistas, em sua maioria imigrantes europeus, reivindicavam direitos como a definição da jornada de oito horas, o aumento salarial e a abolição do trabalho árduo aos menores de 14 anos.

Com o desenvolvimento industrial crescente, as preocupações com o trabalhador rural continuaram a existir, mas a atenção maior das autoridades voltou-se para as condições do trabalhador urbano, que determinaram a necessidade da regulamentação das atividades trabalhistas no Brasil. Isso aconteceu pela primeira vez no início da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

No período de 1929 até o final da Segunda Guerra Mundial (1945) — em que as exportações foram fracas e houve forte investimento do Estado em fontes energéticas, em siderurgia e em infraestrutura —, buscou-se a ampliação do processo de industrialização no Brasil, o que significou um aumento substancial do número de trabalhadores urbanos.

A maioria da população brasileira, porém, vivia na zona rural. Mantinha-se, assim, uma estrutura social, econômica e política vinculada à terra. As transformações que ocorreram posteriormente mudaram a face do país, mas o passado continua influindo, principalmente, nas concepções de trabalho. Ainda hoje, ouve-se a expressão “trabalhei como se fosse um escravo” ou percebe-se o desprezo pelo trabalho manual e pelas atividades rurais, que lembram um passado do qual a maioria das pessoas quer fugir.

A situação do trabalho nos últimos 70 anos

A partir da década de 1960, houve um intenso deslocamento da população para as cidades, alterando profundamente a situação do trabalho no Brasil. Observe a tabela a seguir:

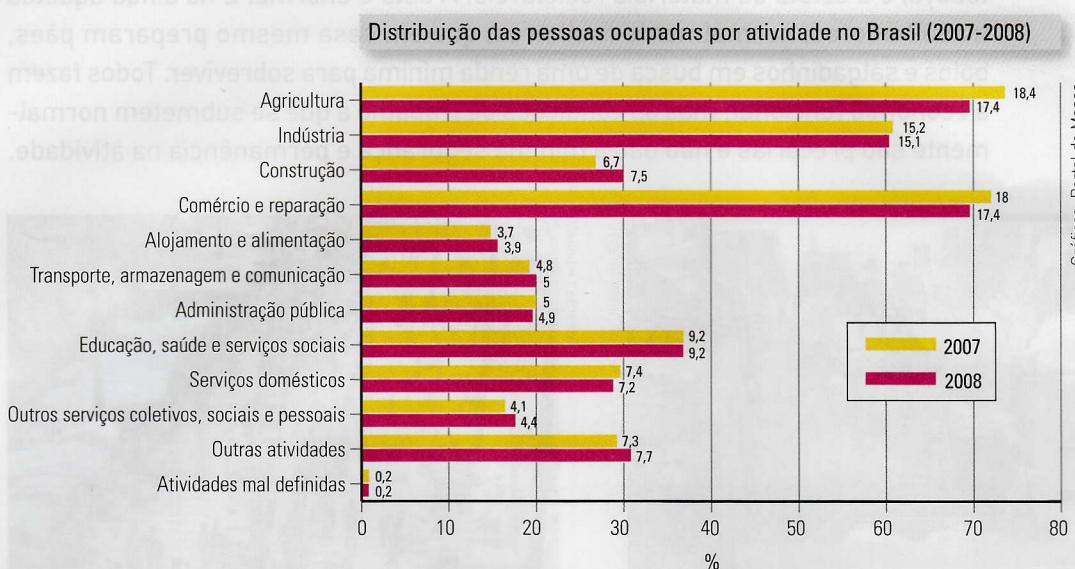
População brasileira (1940-2010)

Anos	População total	População urbana	%	População rural	%
1940	41.326.315	12.880.182	31,23	28.446.133	68,77
1950	51.994.397	18.782.891	36,16	33.211.506	63,84
1960	70.191.370	31.303.034	44,60	38.888.336	55,40
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	41.054.053	44,08
1980	119.002.706	80.436.409	67,59	38.566.297	32,41
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	35.834.485	24,41
2000	169.799.170	137.953.959	81,25	31.845.211	18,75
2010	190.732.694	160.925.792	84,36	29.806.902	15,64

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2012.

A transferência da população para o meio urbano ocorreu de forma concentrada, sobretudo nas capitais, que, ao longo das décadas, receberam indústrias e investimentos em habitação, além de dinamizar as atividades ligadas ao setor terciário da economia (comércio e serviços). Algumas capitais, atualmente, formam grandes aglomerações urbanas, constituindo o que se conhece por áreas metropolitanas. Hoje, as áreas metropolitanas compreendem aproximadamente 450 municípios (no Brasil existem mais de 5.500 municípios). Nelas vivem cerca de 85 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 45% da população brasileira.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2008, 92,4 milhões de pessoas estavam ocupadas no Brasil. Destas, apenas 18,4% dedicavam-se à agricultura, como mostra o gráfico a seguir. Observe, na representação, como a população ocupada está distribuída por grupo de atividade.



Gráficos: Portal de Mapas

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/comentarios2008.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.

A distribuição das pessoas ocupadas de acordo com sua posição na ocupação está representada no gráfico a seguir.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/comentarios2008.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.

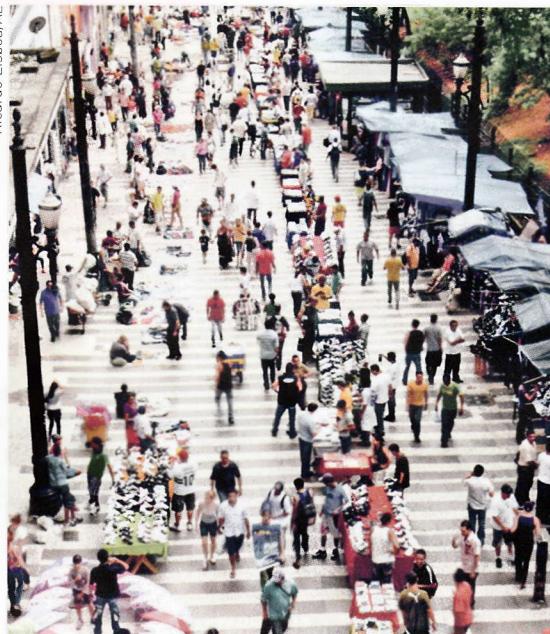
O trabalho que não aparece

Há no Brasil muitos trabalhadores que desenvolvem suas atividades no chamado setor informal, o qual, em períodos de crise e recessão, cresce de modo assustador. Segundo a PNAD realizada em 2008, 34,5% dos ocupados (31,9 milhões) trabalhavam sem carteira de trabalho assinada, ou seja, sem nenhum tipo de registro jurídico.⁹

O setor informal inclui empregados de pequenas empresas sem registro, indivíduos que desenvolvem, por conta própria, atividades como o comércio ambulante, a execução de reparos ou pequenos consertos, a prestação de serviços pessoais (empregados domésticos, babás) e de serviços de entrega (entregadores, motoboys) e a coleta de materiais recicláveis. A lista é enorme. E há ainda aqueles trabalhadores, normalmente mulheres, que em casa mesmo preparam pães, bolos e salgadinhos em busca de uma renda mínima para sobreviver. Todos fazem a economia funcionar, mas as condições de trabalho a que se submetem normalmente são precárias e não dão a mínima segurança e permanência na atividade.



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



Ricardo Lisboa/AE

À esquerda, supermercado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, 2010. À direita, comércio informal na rua General Carneiro, no centro de São Paulo, em 2009. Os trabalhadores dos setores de comércio e serviços compõem o grupo mais numeroso da População Economicamente Ativa (PEA), um reflexo do rápido e desordenado processo de urbanização no Brasil.

Trabalho servil — quase escravo

Apesar de a escravidão ter sido abolida no Brasil em 1888, ainda encontramos muitos trabalhadores em condições de trabalho servil ou escravo.

No livro *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, o antropólogo brasileiro Ricardo Rezende Figueira traça um detalhado panorama dessa forma de trabalho nos estados do Pará, Piauí, Mato Grosso e Rondônia. Por meio de uma pesquisa minuciosa, Figueira demonstra as razões que levam as pessoas a procurar trabalho naqueles estados, o aliciamento pelos empreiteiros com suas promessas, a ação dos fazendeiros e a violência normalmente envolvida nas ações. De acordo com esse estudo, os trabalhadores são mantidos em cativeiro pelo mecanismo da dívida eterna, isto é, eles são obrigados a comprar tudo de que necessitam nos barracões das fazendas, de tal modo que estão sempre devendo ao proprietário no final do mês, num processo cumulativo que acaba tornando impossível a quitação da dívida. É o que o autor chama de escravidão por dívida.

Apesar de haver legislação específica e esforços governamentais para impedir esse tipo de situação no país, empresários e fazendeiros inescrupulosos utilizam o trabalho escravo de modo contínuo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, contando com a impunidade de seus atos.

nas palavras de

FIGUEIRA

Trabalho escravo contemporâneo

O trabalho involuntário em empresas agropecuárias ou outras unidades de produção, fruto da coerção, sob o pretexto da dívida, tem sido identificado por muitos defensores dos direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, funcionários do Estado e pesquisadores como trabalho escravo.

Em geral a pessoa é aliciada diretamente ou através de terceiros no local onde mora ou no local onde busca trabalho e é levada para outro município ou estado. Uma vez transportada até o local do trabalho, ela é informada de que só poderá sair após pagar o abono recebido no ato do recrutamento, os gastos efetuados no transcurso da viagem com transporte, hospedagem e alimentação. A dívida pode aumentar se a alimentação e os instrumentos de trabalho são adquiridos em uma cantina na própria fazenda. [...]

A relação de trabalho pode vir acompanhada por um conjunto de práticas que são tipificadas juridicamente como crime — manutenção de pessoas em cárcere privado, violência física, como a tortura e lesões corporais, assassinato e danos ambientais — e violações às leis trabalhistas — ausência de assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social, recolhimento dos direitos previdenciários, pagamento do salário e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança.

A categoria trabalho escravo por dívida, como não é exatamente a mesma escravidão que havia na antiguidade romana e grega, ou a da África e das Américas até o século XIX, suscita dúvidas para alguns pesquisadores, por isso, a categoria vem acrescida, algumas vezes, de complementação (semi, branca, contemporânea, por dívida ou análoga). Também têm sido utilizadas outras expressões para designar o mesmo fenômeno: trabalho forçado, uma categoria mais ampla que engloba diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo. No caso Ocidental, o trabalho obrigatório, sob pretexto de uma dívida, tem se dado não apenas nos países chamados do terceiro mundo, mas em países ricos. Em alguns países da África e da Ásia, a escravidão aparece também por motivos étnicos ou religiosos.

[...]

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. O que é trabalho escravo? In: Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo. Disponível em: <www.gptec.cfch.ufrj.br/o-que-e-e-trabalho-escravo>. Acesso em: 27 ago. 2012.



Nelson Antoine/Fotoarena

Manifestação em São Paulo contra grandes fabricantes de roupas que fazem uso do trabalho forçado. Agosto de 2011.

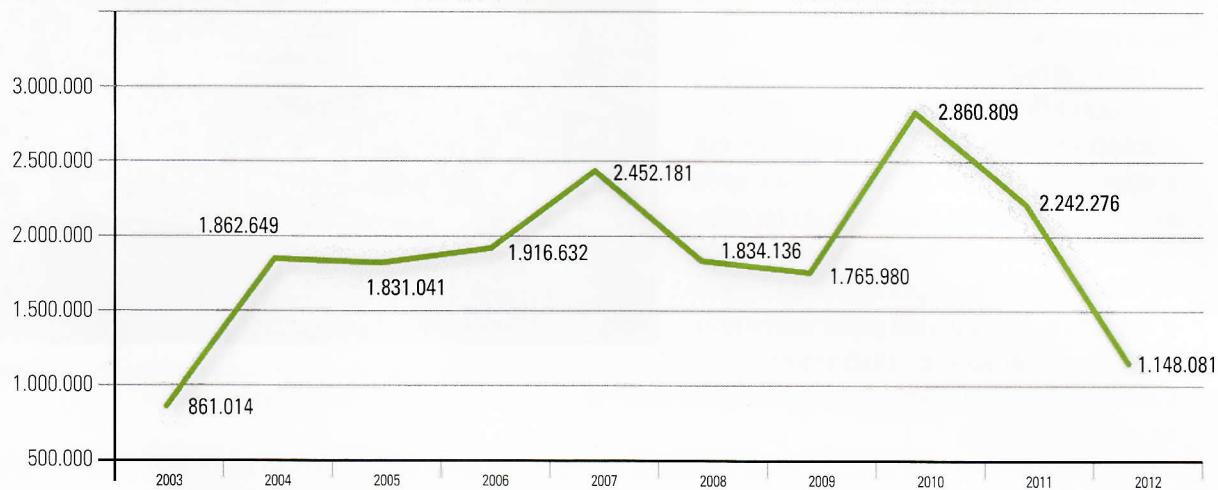
Emprego e desemprego

Nos últimos 40 anos, a população urbana no Brasil cresceu em quase 100 milhões de habitantes e a questão do emprego passou a ser um dos grandes problemas nacionais. Na agricultura houve a expansão da mecanização em todas as fases — preparo da terra, plantio e colheita —, ocasionando a expulsão de milhares de

pessoas, que tomaram o rumo das cidades. Na indústria, a crescente automação das linhas de produção também colocou milhares de pessoas na rua.

Para ter uma ideia do que aconteceu nesse setor, basta dizer que, na década de 1980, para produzir 1,5 milhão de veículos, as montadoras empregavam 140 mil operários. Hoje, para produzir 3 milhões de veículos, as montadoras empregam 90 mil trabalhadores. Nos serviços, principalmente no setor financeiro, a automação também desempregou outros tantos. Enfim, se a chamada modernização dos setores produtivos e de serviços conseguiu aumentar a riqueza nacional, não provocou o aumento significativo da quantidade de empregos. Veja, no gráfico abaixo, a variação no número de empregos criados nos últimos anos.

Evolução do emprego formal no Brasil (2003-2012)

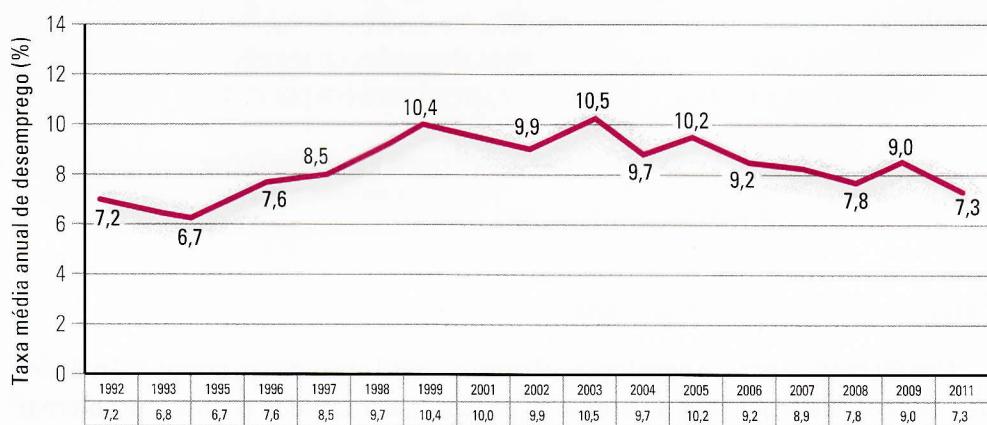


Gráficos: Portal de Mapas

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, com dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

Observe a seguir o gráfico que representa as taxas médias anuais de desemprego.

Taxa média anual de desemprego no Brasil (1992-2011)



Fonte: Ipeadata com dados do IBGE. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2014.

Como se pode perceber, houve uma variação nas taxas de emprego/desemprego no Brasil. Em 2011, a taxa de desemprego era baixa, mas ainda não chegava ao nível registrado em 1995. Há que se levar em conta que, nesse período, a população brasileira cresceu de modo significativo. Por isso, foi necessário criar novos empregos para a população que chegava ao mercado de trabalho. O que se espera é que a oferta de empregos e o crescimento econômico prossigam em ascensão para manter a população atual empregada.

Emprego e qualificação

Ouvimos a todo momento nas conversas informais e encontramos com frequência nos meios de comunicação a afirmação de que só terá emprego quem tiver qualificação. A qualificação em determinados ramos da produção é necessária e cada dia mais exigida, mas para poucos postos de trabalho. A maioria das ocupações requer somente o mínimo de informação, que normalmente o trabalhador consegue adquirir no próprio processo de trabalho.

A elevação do nível de escolaridade não significa necessariamente emprego no mesmo nível e boas condições de trabalho. Quantos graduados em Engenharia ou Arquitetura estão trabalhando como desenhistas? Quantos formados em Medicina são assalariados em hospitais e serviços médicos, tendo uma jornada de trabalho excessiva? E os formados em Direito que não conseguem passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), muitos por ter uma formação deficiente, e se empregam nos mais diversos ramos de atividade, em geral muito abaixo daquilo que estão, em tese, habilitados a desenvolver? Ou seja, a formação universitária, cada dia mais deficiente, não garante empregos àqueles que possuem diploma universitário, seja pela qualificação insuficiente, seja porque não existe emprego para todos.

Encontram-se situações exemplares nos dois polos da qualificação:

- Em muitas empresas de limpeza exige-se formação no ensino médio para a atividade de varrição de rua, o que demonstra que não há relação entre o que se faz e a escolarização solicitada, pois não é necessário ter nível médio para isso, mesmo que existam pessoas com até mais anos de estudo que, por necessidade, o fazem.
- Jovens doutores (que concluíram ou estão fazendo o doutorado) são despedidos ou não são contratados por universidades particulares porque têm direito de receber salários mais altos que os dos mestres, e as instituições não querem pagar mais. Nesse caso, não importa a melhoria da qualidade do ensino, e sim o lucro que as empresas educacionais podem obter.



A relação entre escolaridade e emprego, em charge de Rubens Kiomura e Carlos Pereira, 1980.

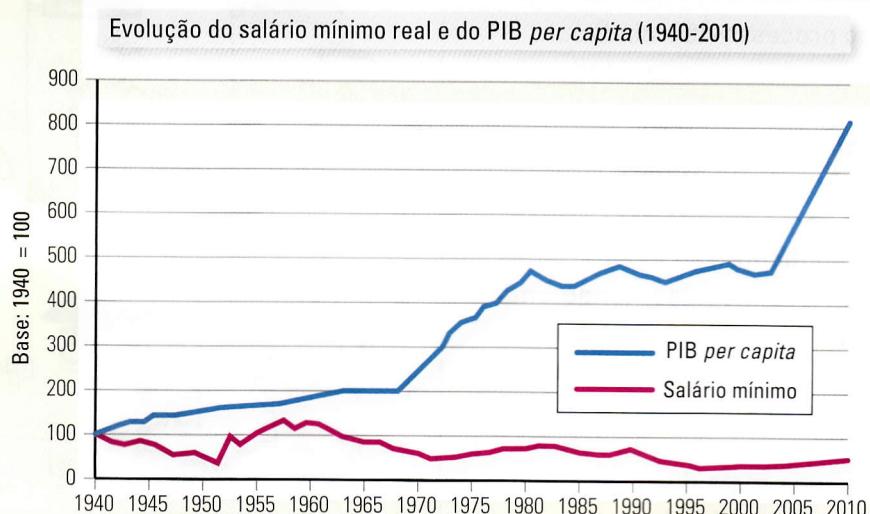
cenários

DO TRABALHO NO BRASIL

Salário mínimo e Produto Interno Bruto (PIB)

Quando se fala em trabalho no Brasil, o salário mínimo sempre é tomado como referência na análise do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores. Relacionando a evolução do salário mínimo com a evolução do PIB, isto é, de toda a riqueza produzida

no Brasil, observa-se claramente que houve um crescimento econômico fantástico nos últimos 70 anos, mas que os benefícios desse crescimento não chegaram aos trabalhadores. Essa situação está representada no gráfico a seguir.



Portal de Mapas

Fontes: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). *Salário mínimo*. Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>. Acesso em: 27 ago. 2012; _____. *Anuário dos trabalhadores: 2010-2011*. Disponível em: <www.dieese.org.br/anu/AnuTrab2010/Arquivos/ANUARIO_TRABALHADORES_2010_2011v.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sala de Imprensa. *Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830&id_pagina=1>. Acesso em: 27 ago. 2012.

1. O que o gráfico revela sobre a proporção do crescimento do PIB e do salário mínimo?
2. A riqueza produzida no país não se transforma em renda para a maioria da população. Por que isso acontece?
3. Em sua opinião, o que o governo poderia fazer para diminuir as desigualdades de renda no Brasil?

Trabalho infantil

O trabalho infantil no Brasil ainda é um grande problema social. Milhares de crianças ainda deixam de ir à escola e ter seus direitos preservados, e trabalham desde a mais tenra idade na lavoura, campo, fábrica ou casas de família, muitos deles sem receber remuneração alguma. Hoje em dia, em torno de 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão trabalhando no Brasil, segundo PNAD 2007. Desse total, 1,2 milhão estão na faixa entre 5 e 13 anos.

Apesar de no Brasil o trabalho infantil ser considerado ilegal para crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos, a realidade continua sendo outra. Para adolescentes entre 14 e 15 anos, o trabalho é legal desde que na condição de aprendiz.

O Peti (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil) vem trabalhando arduamente para erradicar o trabalho infantil. Infelizmente, mesmo com todo o seu empenho, a previsão é de poder atender com seus projetos cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes trabalhadores, segundo acompanhamento do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). Do total de crianças e adolescentes atendidos, 3,7 milhões estarão de fora.

Ao abandonarem a escola, ou terem que **dividir o tempo entre a escola e o trabalho**, o

rendimento escolar dessas crianças é muito ruim, e serão sérias candidatas ao abandono escolar e consequentemente ao despreparo para o mercado de trabalho, tendo que aceitar subempregos e assim continuarem alimentando o ciclo de pobreza no Brasil.

[...]

Como já era de se esperar, o trabalho infantil ainda é predominantemente agrícola. Cerca de 36,5% das crianças estão em granjas, sítios e fazendas, 24,5% em lojas e fábricas. No Nordeste, 46,5% aparecem trabalhando em fazendas e sítios.

[...]

Trabalho infantil no Brasil: milhares de crianças ainda deixam de ir à escola. In: *Guiainfantil.com*. Disponível em: <<http://br.guiainfantil.com/direitos-das-criancas/450-trabalho-infantil-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

1. No século XIX, uma das lutas dos trabalhadores foi pela extinção do trabalho infantil. Procurava-se assegurar à criança os direitos de brincar, estudar e não ser explorada no trabalho. Por que a exploração do trabalho infantil persiste até os dias de hoje?
2. O que você sugere para acabar com o trabalho infantil nas diferentes situações apontadas?

Mais trabalho e menos descanso

[...]

No tempo da Revolução Industrial, décadas de lutas do movimento social e trabalhista foram necessárias para conter as extensas jornadas de trabalho (superiores a 14 horas diárias e a mais de 80 horas semanais). Por meio de férias, do descanso semanal e dos limites máximos impostos à jornada (oito horas diárias e 48 horas semanais), a relação do trabalho com o tempo de vida reduziu-se de mais de dois terços para menos da metade.

Assim, os laços de sociabilidade urbana foram construídos por meio do avanço de

atividades educacionais, lazer e turismo, entre outras fundamentais à consolidação de um padrão civilizatório superior.

Paradoxalmente, o curso atual da revolução tecnológica nas informações e comunicações faz com que o ingresso na sociedade pós-industrial seja acompanhado da elevação da participação do trabalho no tempo de vida.

O transbordamento laboral para fora do local de trabalho compromete não apenas a qualidade de vida individual e familiar como também a saúde humana.

Não são diminutos os diagnósticos a respeito das novas doenças profissionais em profusão.

O predomínio do trabalho imaterial, não apenas mas substancialmente estendido pelas atividades no setor terciário das economias — a principal fonte atual de geração de novas vagas —, permite que o seu exercício seja fisicamente mais leve, embora mentalmente cada vez mais cansativo.

Antigos acidentes laborais provocados pelo esmagamento em máquinas são substituídos por novos problemas, como o sofrimento humano, a solidão e a depressão, cada vez mais associada

às jornadas excessivas de trabalho e ao consumismo desenfreado.

A imaterialidade do trabalho, mesmo nas fábricas, por efeito da automatização e das novas tecnologias de informação e comunicação, torna o exercício laboral mais intenso e extenso.

Por força do transbordamento laboral para além do local de trabalho, a jornada de 48 horas aumenta para 69 horas semanais, enquanto o descanso reduz-se de 48 horas para 27 horas na semana.

PÖCHMANN, Marcio. 27 horas. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 23 jan. 2011. Opinião.

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2301201107.htm>.

Acesso em: 27 ago. 2012.

20 bilhões de mais-valia

Os trabalhadores brasileiros deixam de receber por ano R\$ 20 bilhões em hora extra sonegada pelos empregadores. O principal motivo, segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), seria a manipulação dos registros da jornada pelas empresas. O brasileiro trabalha muito mais do que 44 horas semanais e nem recebe por isso, disse o desembargador Luiz Alberto de Vargas, diretor da entidade.

A implementação de ponto eletrônico nas empresas, para registrar a hora de entrada e saída dos funcionários, ajudaria a coibir a sonegação. [...]

O não pagamento de hora extra subtrai dinheiro não apenas dos trabalhadores, mas dos cofres públicos também, já que uma parte da remuneração vai para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esse dinheiro poderia estar financiando a construção de casas populares, diz o auditor fiscal do Trabalho Vandrei Barreto de Cerqueira.

Ele acrescenta um dado ainda mais dramático decorrente de uma jornada de trabalho longa, além da não remuneração. Três brasileiros morrem em média por mês, graças a sobrecarga. Nos últimos cinco anos, tivemos 430 acidentes

de trabalho causados por sobrejornada, dos quais 167 foram fatais, afirmou.

As centrais sindicais têm pressionado o Congresso a votar a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas. Dominado por empresários — 45% dos parlamentares são empresários, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) —, o Congresso tem ignorado [o] apelo.

A adoção do ponto eletrônico foi discutida nesta segunda-feira (10 [de outubro de 2011]) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no debate, Paulo Rolim disse que o setor não está preparado para arcar com os custos do ponto eletrônico (cerca de R\$ 1,2 mil por unidade).

PASSOS, Najla. Patrões sonegam R\$ 20 bi em hora extra a trabalhador, diz Anamatra. *JusBrasil*. Disponível em: <<http://trt-12.jusbrasil.com.br/noticias/2875474/patrões-sonegam-r-20-bi-em-hora-extra-a-trabalhador-diz-anamatra>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

Qual é a relação entre os textos “Mais trabalho e menos descanso” e “20 bilhões de mais-valia” no que diz respeito às tecnologias eletrônicas?

Leituras e atividades

PARA REFLETIR

Morte de câimbra

BRASÍLIA — A indústria fabrica mais e mais carros “flex” (a álcool e a gasolina), os usineiros fazem a festa, os preços só sobem, os consumidores se assustam e o governo ameaça intervir. Você não acha que está faltando alguém nessa história?

Todos estão pensando no seu bolso e no seu interesse, mas ninguém se preocupa com a base dessa pirâmide: o cortador de cana — um dos trabalhadores mais explorados do país.

É por isso que a CUT dá um grito e a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, professora visitante da USP e titular da Unesp, quer saber o que, de toda essa pujança, de todos esses aumentos e de toda essa negociação em torno do “flex”, vai sobrar para os cortadores de cana, cujas condições ela acompanha há mais de 30 anos, principalmente na região de Ribeirão Preto (SP).

Esse trabalhador fica a ver navios boa parte do ano e se esfalfa durante a safra (abril a novembro) por migalhas, recebendo de R\$ 2,20 a R\$ 2,40 por tonelada de cana cortada. E ainda paga o transporte, a pensão, a comida. E manda o que sobra (deve ser mágico) para casa. Sim, porque a maioria é migrante. Deixa a família e desce do norte de Minas e do Nordeste para ganhar a vida — ou a morte.

De meados de 2004 a novembro de 2005, morreram 13 cortadores na região, geralmente homens jovens (o mais velho tinha 55 anos). Há diferentes diagnósticos médicos, e os cortadores têm o seu próprio: “morte de câimbra”. Sabe o que é? A partir dos anos 90, com as máquinas colheitadeiras, o sujeito tem como meta cortar 12 toneladas de cana por dia. Aí, vem a câimbra nos braços, nas pernas e, enfim, no corpo todo. Na verdade, ele morre de estafa. [...]

Espera-se que governo e produtores se entendam para um preço justo ao consumidor. E que, um dia, os trabalhadores também tenham direitos — a voz, a pressão e à própria vida.

CANTANHÈDE, Eliane. *Morte de câimbra*. Folha de S.Paulo. São Paulo, 6 jan. 2006. Opinião, p. A2.
Disponível em: <<http://acesso.folha.com.br/fsp/2006/01/06/2>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

1. De acordo com o texto, em troca de um salário ínfimo, os cortadores de cana são obrigados a trabalhar num ritmo que chegam a se expor à morte. O que torna possível esse nível de exploração da mão de obra? Procure explicações, da perspectiva tanto do trabalhador quanto do empregador.
2. Os textos que você leu anteriormente podem ajudar a explicar a situação narrada? Justifique.
3. Lembrando-se do exemplo da produção do pão, dado no início desta unidade, descreva a rede de trabalho e de trabalhadores envolvidos na produção de algum objeto presente no seu cotidiano. Aponte, nessa rede, os trabalhadores que possivelmente desenvolvem suas atividades em condições subumanas, como os cortadores de cana.
4. Como o trabalho do cortador de cana está relacionado ao cotidiano de uma pessoa como você?

PARA ORGANIZAR O CONHECIMENTO

Trabalho, um bem comum

Se não queremos modificar a maneira como o trabalho hoje se reparte entre os indivíduos, é de facto porque o trabalho constitui o principal meio de distribuição dos rendimentos [...], da proteção e das posições sociais: rever a maneira como se partilha o trabalho leva a repensar também a repartição do conjunto dos bens sociais. Mas será legítimo que o trabalho continue a exercer a função de distribuição das riquezas enquanto se reduz de facto, enquanto nós desejamos a sua redução, e enquanto o progresso técnico não pare de reduzir seu volume? Será normal que a sua função continue a ser a mesma quando o processo de entrada e de saída do mercado de trabalho não é nem controlado nem regulado, mas resulta das opções de

actores privados cujo imperativo não é de maneira nenhuma o emprego, mas a produção ou o seu próprio desenvolvimento? Será legítimo que uma sociedade rica deixe assim a repartição do conjunto dos bens sociais operar-se de uma maneira “natural”, selvagem e aleatória? E sobretudo que se recuse a considerar o trabalho como um bem extremamente particular, cuja repartição e flutuação devem ser reguladas, uma vez que se trata de um bem que dá acesso a todos os demais? Uma sociedade preocupada com o seu bem comum e com a sua coesão social procederia, podemos estar certos, de outra maneira. Consideraria o trabalho, os rendimentos [...] e os benefícios até hoje ligados ao trabalho como outros tantos bens que devem ser repartidos entre os seus membros e cuja repartição é constitutiva do próprio bem comum. [...]

Vemos bem que o verdadeiro problema de nossas sociedades não é de maneira nenhuma a penúria do trabalho, mas o facto de nos faltar um “modo de partilha convincente”. Esta efectua-se hoje [...] “naturalmente”, através da exclusão do mercado de trabalho das pessoas mais idosas ou mais frágeis, da existência de moratórias cada vez mais prolongadas antes da entrada dos jovens no mercado de trabalho e da forte seletividade deste último: a nossa partilha opera-se através de um despejo na categoria do desemprego. [...]

Garantir um igual acesso ao trabalho não é contraditório, muito pelo contrário, com o reequilíbrio das nossas actividades entre esferas diferentes, nem com uma redução do tempo de trabalho. [...] É precisamente por ser o trabalho que continua, hoje, a dar acesso aos outros bens sociais, incluindo a liberdade real, que deve ser repartido...

MÉDA, Dominique. *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de século, 1999. p. 318-320.

1. Se o trabalho é uma das coisas mais importantes em nossa sociedade, como você responderia às questões que a autora desse texto formula?
2. Que sugestão você daria aos governantes do Brasil para desenvolver uma política de trabalho que seja de inclusão?

PARA PESQUISAR

1. Junte-se a alguns colegas e consultem livros, jornais, revistas e sites da internet para obter informações sobre a atual situação do emprego no Brasil. Com base no material selecionado, façam uma reflexão sobre os seguintes aspectos:
 - As principais causas do desemprego no Brasil e os setores mais atingidos.
 - As carreiras ou áreas profissionais consideradas mais promissoras.
 - A profissão que os integrantes do grupo pretendem seguir.
2. Junte-se a alguns colegas para entrevistar pessoas acima de 50 anos. Procurem saber as diferenças e semelhanças do mercado de trabalho hoje e de quando elas começaram a vida profissional. Além disso, perguntuem se elas já ficaram desempregadas, se já trabalharam informalmente e o que motivou essas experiências.

LIVROS RECOMENDADOS

Indústria e trabalho no Brasil: limites e desafios, de William Jorge Gerab e Waldemar Rossi. São Paulo: Atual.

De modo didático, os autores analisam a passagem do Brasil rural para o Brasil industrial e as consequências dessa mudança.



O que é trabalho, de Suzana Albornoz. São Paulo: Brasiliense.

Nesse livro da coleção “Primeiros passos”, a autora desenvolve uma análise crítica dos diversos modos de conceber e organizar o trabalho ao longo da história. Além disso, discute a possibilidade de construir uma sociedade em que o trabalho possa ser visto e vivido com prazer, e não com submissão.